ACTA Nº 14/2007

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZOITO DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E SETE.**

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com as presenças do Sr. Vice - Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e os demais Vereadores, Srs., Dr. João José Figueiredo Oliveira, Profª Margarida Maria São Marcos Amaral, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Eng.º Paulo Sérgio Teixeira Costa. ----- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos na Ordem do Dia: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA. -----

Presente o resumo diário da tesouraria nº 113, do dia 15, do corrente mês de Junho, pelo qual foi tomado conhecimento que, no cofre, existiam as importâncias de € 2.710.139,89 (dois milhões setecentos e dez mil cento e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais, e € 685.085,69 (seiscentos e oitenta e cinco mil oitenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Em minuta, e por unanimidade foi tomado conhecimento do circular nº 65/2007-CO de 30/05/2007, da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, pela qual enviam alguns exemplares do seu boletim nº 158, referente ao mês de Maio findo. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

**ALTERAÇÃO DO CARÁCTER PRIVADO PARA PÚBLICO DA PRÓXIMA
REUNIÃO DE CÂMARA MARCADA PARA O DIA 25 DE JUNHO – PROPOSTA.** ----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

-“ Considerando: -----

O facto de se perspectivar a análise e votação de assuntos como o relatório sobre a Zona Industrial da Mota e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na reunião de

Câmara do próximo dia 25 de Junho, sendo que pela sua natureza, são matérias que se revestem de grande interesse para a opinião pública; -----

Proponho: -----

1º Que a Reunião de Câmara do próximo dia 25 de Junho de 2007, às 15.30 horas, assumo o carácter público (com audição de público às 17.30 horas); -----

2º Que desta alteração se dê a devida publicitação pelos meios tradicionais. -----

Paços do Município de Ílhavo, 14 de Junho de 2007. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves.” -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUNTAS DE FREGUESIA. -----

ACORDOS DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO. -----

Presentes os seguintes quatro acordos de cooperação a estabelecer com as Juntas de Freguesia do Município, dados aqui por integralmente transcritos: -----

-Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo - com uma comparticipação da Câmara de € 14.638,00 (catorze mil seiscentos e trinta e oito euros); -----

-Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação - idem de € 30.150,00 (trinta mil cento e cinquenta euros); -----

-Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré - idem de € 65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos euros); -----

-Junta de Freguesia de S. Salvador idem de € 87.875,00 (oitenta e sete mil oitocentos e setenta e cinco euros). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes protocolos. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

ESTIMATIVAS ORÇAMENTAIS DE OBRAS SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação DOPGU/noemiam 20070613, subscrita pela Chefe da DOPGU –Divisão de Obras Particulares e Gestão urbana, em regime de substituição, Arqª Noémia Maia, que a seguir se transcreve: -----

-“Em face do conteúdo do Ofício Circular da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AIICOPN), de 29 de Maio de 2007, propomos, como preço por m2 de construção para cálculo do custo de obra para efeito de licenciamento, com vista à aplicação do disposto no nº 3 do artigo 31º do DL 12/2004, de 9 de Janeiro, que deverá entrar em vigor a partir de 1 de Agosto de 2007, os seguintes valores: -----

	-----2005-----	-----2006-----	-----Variação-----
			----- (%) -----
habitação social-----	€ 325-----	€ 340-----	-----4,61-----
habitação corrente-----	€ 460-----	€ 480-----	-----4,34-----
construção industrial-----	€ 175-----	€ 180-----	-----2,85-----
anexos/sótãos para arrumos-----	€ 175-----	€ 180-----	-----2,85-----
espaços comerciais-----	€ 305-----	€ 315-----	-----3,28-----

Fica o assunto à consideração do Ex.mo Sr. Vereador. -----
As.) Noémia Maia”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os preços propostos de acordo com a informação DOPGU. -----

DESTAQUE DE PARCELAS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado com o nº 1760, Pº 398/06, em 2007/05/04, respeitante a António Alexandre da Cruz, residente na Rua Nova, nº 36 - Ouça - Vagos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/06/02 1760/07 3, da responsabilidade da Chefe da DOPGU - Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida -----

-O registado com o nº 1492, Pº 656/04, respeitante a Rosalina Pires, residente na Rua Egas Moniz, nº 21 - Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/06/02 1492/07 3, da responsabilidade da Chefe da DOPGU - Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -----

LOTEAMENTOS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado com o nº 2201, Pº 373/00, em 2007/06/04, respeitante à firma Entufapra, Sociedade de Construções, SA., com sede na Rua da Igreja, Edifício Laranja - Sever do Vouga. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/06/14 2201/07 1 da responsabilidade da Chefe da DOPGU - Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida --

-O registado com o nº 2092, Pº 465/04, em 2007/05/25, respeitante à firma Urbicruz, Desenvolvimentos Imobiliários e Urbanos, Lda., com sede no Edifício Vera Cruz, Travessa dos Ourives, nº 4, 2º V- Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho do Vereador Eng.º Marcos Ré. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/06/02 2092/07 1, da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Eng.º Marcos Ré, está datado de 2007/06/08, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

ACÇÃO SOCIAL. -----

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PONTUAIS À FUNDAÇÃO PRIOR SARDO PARA APOIO A RENDAS DE CASA DE MUNÍCIPIES CARENCIADOS - PROPOSTAS. ----

Presentes as duas seguintes propostas da Srª Vereadora, Profª Margarida Maria São Marcos Amaral, destacando-se o facto de, na sua discussão e votação, não ter participado o Sr. Vereador, Dr. António Pedro Oliveira Martins, por se achar impedido (membro dos corpos gerentes da Fundação Prior Sardo), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre: ---

1ª- (Dina Paula Rocha Ferreira Lima Araújo). -----

- “Considerando: -----

1º - O relatório de informação social anexo do agregado familiar de Dina Paula Rocha Ferreira Lima Araújo; -----

2º – A Fundação Prior Sardo, se ter oferecido como instituição parceira e ter solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, pelo período de dois meses (Maio e Junho de 2007), ficando a utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho que, -----

a Câmara Municipal de Ílhavo aprove um subsídio pontual no valor de 225,00€ à Fundação Prior Sardo para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa referente ao período acima mencionado, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos onze dias do mês de Junho de dois mil e sete. -----

A Vereadora do Pelouro da Acção Social, -----

As.) Margarida Maria São Marcos”. -----

2ª- (Leopoldo Fernando Jesus Magalhães). -----

- “Considerando: -----

1º - O relatório de informação social anexo do agregado familiar de Leopoldo Fernando Jesus Magalhães; -----

2º – A Fundação Prior Sardo, se ter oferecido como instituição parceira e ter solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, no período que medeia os meses de **Maio a Julho** de 2007, ficando o utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho que, -----

a Câmara Municipal de Ílhavo aprove um subsídio pontual no valor de 345,00€ à Fundação Prior Sardo para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa referente

ao período acima mencionado, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos onze dias do mês de Junho de dois mil e sete. -----

A Vereadora do Pelouro da Acção Social, -----

As.) Margarida Maria São Marcos Amaral”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes propostas. -----

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL AO CENTRO DE ACÇÃO SOCIAL DO
CONCELHO DE ÍLHAVO – CASCI - PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta da Sr^a Vereadora, Prof^a Margarida São Marcos Amaral: -----

- “Considerando: -----

1º – O relatório de informação social anexo do agregado familiar de Cristina Miranda Queirós; -----

2º- O ofício emanado pelo Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo – CASCI - , instituição que serve de mediadora entre a Autarquia e a beneficiária supracitada, a solicitar a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, no período que medeia os meses de Outubro a Dezembro de 2006, ficando a utente responsável por compartilhar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho que, -----

a Câmara Municipal de Ílhavo aprove um subsídio pontual no valor de 375,00€ ao Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo – CASCI - para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa referente ao período acima mencionado, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos oito dias do mês de Junho de 2007. -----

A Vereadora do Pelouro da Acção Social, -----

As.) Margarida Maria São Marcos”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ENSINO. -----

APOIO PONTUAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR 2006/2007 - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

1º- A situação da menor, de nome **Nadine das Neves Rodrigues**, moradora na Rua dos Extremos, nº40, freguesia da Gafanha da Encarnação, que por motivos de deficiência auditiva necessita de apoio específico, apenas disponível na Unidade de Apoio às Crianças Surdas de Ílhavo, localizada na Travessa Ferreira Gordo, em Ílhavo; -----

2º- O facto da aluna em causa frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, na Unidade de Apoio às Crianças Surdas de Ílhavo, e como tal ter direito a usufruir da escolaridade obrigatória de forma gratuita, incluindo o transporte escolar quando a distância da residência à unidade escolar é superior a três quilómetros; -----

3º- Que a rede de transportes escolares existente no Município de Ílhavo está adaptada aos horários do 2º e 3º Ciclos e Secundário e, desta forma, desfasada dos horários escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico, o que inviabiliza a utilização desta rede por parte da aluna em causa;

4º- A impossibilidade logística do Município de Ílhavo assumir directamente, com os seus meios próprios, o transporte da aluna em causa para o Estabelecimento de Ensino; -----

Proponho: -----

Que o Município de Ílhavo atribua um apoio pontual ao Encarregado de Educação da aluna Nadine das Neves Rodrigues (**Rosa do Carmo Conde Salvador**), no valor de 376,20 euros (9 meses X 41,80 euros), correspondente ao valor do passe escolar da Gafanha da Encarnação para Ílhavo, de Outubro de 2006 a Junho de 2007, de forma a fazer face às despesas realizadas com o transporte da aluna em causa durante o ano lectivo 2006/2007, assumidas pelo Encarregado de Educação com recurso a meios próprios. -----

Paços do Município de Ílhavo, aos onze dias do mês de Junho do ano dois mil e sete. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

**ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA DA FILARMÓNICA GAFANHENSE
”MÚSICA VELHA” - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL - PROPOSTA.** -----

Presente o processo acima referido, do qual se destaca a proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando que: -----

1º. A Filarmónica Gafanhense /”Música Velha”, tem desenvolvido ao longo dos seus cento e oitenta anos de vida, um trabalho notável ao nível da educação musical e da cultura, representando com zelo e dedicação a Cidade da Gafanha da Nazaré (sua sede actual) e o Município de Ílhavo; -----

2º. A Filarmónica Gafanhense / “Música Velha” é uma entidade de grande relevância para a promoção da cultura no Município, sendo um parceiro de grande importância para a Câmara Municipal de Ílhavo, e tendo concretizado ao longo dos anos e com relevante capacidade, compromissos de elevada importância cultural; -----

3º. A Filarmónica Gafanhense / “Música Velha”, sendo também a mais antiga Associação do Concelho de Ílhavo, é merecedora do respeito e da consideração de todos e é receptora de parte importante do nosso investimento de confiança na construção de um Município mais desenvolvido, no conhecimento da sua história e da sua cultura, elemento fundamental dessa construção: -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere dar parecer positivo à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Filarmónica Gafanhense / “Música Velha”, no âmbito do processo de candidatura apresentado, que seguirá agora para o gabinete do Primeiro- Ministro. -----
Ílhavo, aos dezoito dias do mês de Junho do ano dois mil e sete. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves” -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESPORTO, RECREIO E LAZER. -----

PROTOCOLO CONJUNTO COM A ASSOCIAÇÃO DE SALVAMENTO AQUÁTICO DE AVEIRO - AVEIRO RESCUE; ASSOCIAÇÃO DE CONCESSIONARIOS DE PRAIA DA BEIRA LITORAL PARA A GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DO BAR DE APOIO AO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (NEA) DA COSTA NOVA. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO CONJUNTO E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Labrincha Ré: -----

-“Na sequência da atribuição da licença (Doc. n.º 1) relativa ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA) e dos sucessivos contactos havidos com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR/C), foram definidas as normas porque se havia de reger a gestão e manutenção do Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova e em especial da sua componente comercial a ele adstrita. -----

Ora, a falta de vocação das autarquias para a gestão comercial daquelas componentes e a necessidade de, como contrapartida àquela gestão, dever ser assegurada a vigilância e segurança na denominada Praia da Igreja da Costa Nova (zona compreendida entre a Rua dos banhos e a Avenida do Mar na Costa Nova) levaram a que se conjugassem os necessários esforços de forma a que, tendo presente como aspecto fundamental, a garantia de vigilância e segurança na Praia acima referida durante a época balnear e existindo como entidades importantes e determinantes nesta área, por um lado, a Associação de Concessionários de Praia da Beira Litoral (anteriormente denominada Associação dos Concessionários de Praia do Concelho de ÍLHAVO) cujo objecto, conforme consta dos seus Estatutos (Doc. n.º 2), “é o desenvolvimento social, cultural e turístico das praias do concelho de ÍLHAVO”, e a Associação de Salvamento Aquático de Aveiro, Aveiro Rescue cujo objecto conforme consta do n.º 1 do Artigo 3.º dos seus Estatutos (Doc. n.º 3) é “ a promoção do salvamento aquático e elaboração de projectos de segurança e salvamento em meio aquático no Distrito de Aveiro, se estabelecesse entre a Câmara Municipal e as referidas Associações, o necessário entendimento que permite, com base na proposta de Protocolo que em anexo se junta com vista à sua aprovação e deliberação que para o efeito houver por conveniente, a Gestão e Manutenção da Estrutura Comercial mencionada, a Segurança e Vigilância da praia acima mencionada e a Dinamização e Desenvolvimento das Actividades de Educação e Sensibilização Ambiental a realizar no Núcleo propriamente dito durante a época balnear de 2007. -----

Para o efeito a Associação de Salvamento Aquático de Aveiro, enviou conforme documento anexo (ANEXO I da Proposta do Protocolo), uma proposta manifestando disponibilidade para proceder à abertura do Núcleo de Educação Ambiental e respectiva Componente Comercial com o compromisso de por um lado proceder á publicitação, disponibilização e dinamização do veículo anfíbio existente (TIRALÔ) no NEA da Costa Nova para deslocação e banho das

peças com deficiência e por outro lado, promover, em conjunto com a Câmara Municipal, a dinamização das acções de educação e sensibilização ambiental propostas realizar naquela Estrutura, de forma a que possamos atingir os objectivos que nos propusemos assumir com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e conforme o estabelecido na licença de ocupação do Domínio Público Marítimo (DPM) concedida através da CCDR/C. -----

Nesta perspectiva propomos: -----

1. A Aprovação da Proposta do Protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal e a Associações de Salvamento Aquático de Aveiro – Aveiro Rescue e dos Concessionários de Praia da Beira Litoral para a Gestão, Manutenção e Exploração do Bar de Apoio ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da Costa Nova. -----

2. A atribuição de um subsídio à Associação de Salvamento Aquático de Aveiro – Aveiro Rescue no valor de 3.070 (Três mil e setenta Euros) que se destinará ao apoio e execução das seguintes tarefas: -----

a) Dinamização das acções de Educação Ambiental a desenvolver no NEA da Costa Nova (Anexo I da Proposta de Protocolo). -----

b) Praia sem Barreiras: Publicitação, Disponibilização e Dinamização do TIRALÔ existente no NEA (Anexo I da Proposta de Protocolo). -----

È pois a presente Proposta que se coloca à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara tendo em vista a deliberação que houver por conveniente por parte da Câmara Municipal. -----

ÍLHAVO, 2007-06-14. -----

O Vereador em Exercício, -----

As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

O referido protocolo aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

TURISMO. -----

**SERVIÇOS DE GESTÃO DO EDIFÍCIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA BARRA -
PROPOSTA PARA QUE OS ENCARGOS SALARIAIS COM A FUNCIONÁRIA**

SEJAM REPARTIDOS ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ, A REGIÃO DE TURISMO DA ROTA DA LUZ E A C.M.I.. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

-“Considerando: -----

a) Que, em 23 de Abril de 2006, a Câmara Municipal de Ílhavo, inaugurou a ala nascente do Edifício de Serviços Públicos da Barra, onde se encontram instaladas quatro das valências a que o edifício se destina, concretamente o Posto de CTT, o Posto de Turismo, o Serviço de Informação Municipal e a Delegação da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré; -----

b) que, nos termos do disposto na al. m), do nº. 2 do artº. 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal de Ílhavo “assegurar, em parceria ou não com outras entidades publicas ou privadas a divulgação do património natural, cultural, paisagístico do município”, objectivo que se cumpre com a instalação e funcionamento dos Postos de Turismo instalados no Município; -----

c) que, os serviços de gestão do Edifício de Serviços Publico da Barra, nas suas quatro valências, tem sido assegurado, desde a sua inauguração por uma funcionária contratada pela Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré; -----

d) que o salário mensal auferido pela referida funcionária é de 600,00€ (seiscentos euros) e tem sido integralmente suportado pela Junta de Freguesia, - cfr. ANEXO I; -----

e) que, é entendimento da Câmara Municipal que este encargo não deve constituir uma responsabilidade exclusiva da Junta de Freguesia, porquanto, no referido Edifício são também prestados serviços de carácter municipal que cumpre à Câmara Municipal assegurar, bem como realizada a promoção turística do Concelho e da Região cuja responsabilidade compete à Câmara Municipal bem como à Região de Turismo da Rota da Luz; -----

f) que, por protocolo, celebrado em 26 de Março de 2006, entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Região de Turismo da Rota da Luz, a referida Região de Turismo da Rota da Luz se obrigou a compartilhar o valor de 20% do salário base (do(a) funcionário(a) que, no Edifício de Serviços Públicos da Barra, viesse a assegurar a promoção turística do Concelho e da Região; -----

Proponho: -----

que os encargos com a gestão do referido Edifício de Serviços Públicos, designadamente com os encargos salariais da funcionária sejam repartidos entre a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, a Região de Turismo da Rota da Luz e a Câmara Municipal de Ílhavo da seguinte forma: -----

- i. 20% para a Região de Turismo da Rota da Luz; -----
- ii. 40% para a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, e -----
- iii. 40% para a Câmara Municipal de Ílhavo. -----

2. que a Câmara Municipal de Ílhavo proceda, durante o mês de Junho de 2007, à transferência para a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré da importância de 3.120,00€ (três mil cento e vinte euros) respeitante à comparticipação nos encargos salariais da funcionária nos meses que decorreram entre a activação do referido Edifício de Serviços Públicos e a presente deliberação, meses esses em que a Junta de Freguesia assegurou o pagamento integral dos salários da dita funcionária; -----

3. que a Câmara Municipal de Ílhavo proceda, até ao final do mês de Dezembro de 2007, à transferência para a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré da importância de 1.680,00 € (mil, seiscentos e oitenta euros) respeitante à comparticipação nos encargos salariais da funcionária nos meses que decorrerem entre Junho de 2007(inclusive) e o final do presente ano civil, meses esses em que a Junta de Freguesia continuará a assegurar o pagamento integral dos salários da dita funcionária; -----

4. que, a partir de 2008, as atribuições e o valor dos encargos salariais da funcionária passem a constar dos próximos acordos de delegação de competências/cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré; -----

5. que a Câmara Municipal de Ílhavo transfira, nas mesmas datas para a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré os montantes que lhe são atribuídos pela Região de Turismo da Rota da Luz ao abrigo do Protocolo, celebrado em 26 de Março de 2006, e identificado em f) dos Considerandos. -----
Ílhavo, 27 de Maio de 2007. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, -----
As.) José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO E A JUNTA DE FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ PARA A GESTÃO DO EDIFÍCIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA BARRA. -----

Presente a minuta do protocolo acima referido, dado aqui por integralmente reproduzido. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Protocolo. Mais se delibera o seu envio á Assembleia Municipal. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

COMÉRCIO E INDÚSTRIA. -----

**PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO –
DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----**

Presente o processo acima referido, do qual se destaca o requerimento registado com o nº. 6523/STL, em 2007/06/05, pelo qual Manuel António Ferro, residente na Rua Nova do Areeiro, nº 84/86, em S. Bernardo - Aveiro, requer à Câmara o alargamento do horário de funcionamento do Bar Nova Vaga, sito na Rua José Maio, da Praia da Barra, da cidade da Gafanha da Nazaré, no dia 14JUN07, até às 06H00. -----

Para o presente pedido o Sr. Vereador, Eng.º Marcos Labrincha Ré, exarou o seguinte despacho: -----

-“Deferido. -----

12/06/2007. -----

As.) Marcos Labrincha Ré”. -----

Do referido documento, consta igualmente o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara:

-“À Câmara para ratificação. -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves. -----

18JUN07”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Vereador, Eng.º Marcos Ré.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

Presentes os seguintes autos de vistoria e medição de trabalhos: -----

-Da empreitada de “Centro Cultural de Ílhavo”- 24ª situação de trabalhos contratuais, no valor de € 326.997,87 (trezentos e vinte e seis mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e sete cêntimos), adjudicada à firma Consórcio J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A./Alexandre Barbosa Borges, S.A.; -----

-Da empreitada de “Museu Marítimo de Ílhavo - Obras de Beneficiação/Conservação”- 4ª situação de trabalhos contratuais, no valor de € 19.776,02 (dezanove mil setecentos e setenta e seis euros e dois cêntimos), adjudicada à firma Construtora Abrantina, SA.; -----

-Da empreitada de “Redes de Drenagem Residual e Pluvial da Ermida e Carvalheira- 2ª Fase”- 1ª situação de trabalhos contratuais, no valor de € 16.565,61 (dezasseis mil quinhentos e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos). -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder aos pagamentos. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Esgotada a Ordem do Dia, em 16.20 horas, e, dado não se encontrar presente no Salão Nobre nenhum munícipe, a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, pelo Sr. Presidente da Câmara foi suspensa a reunião até às 17.30 horas, hora estipulada para as intervenções do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, acto imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara encerrada a mesma, dado se ter constatado, a ausência de munícipes. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente como Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----